

A INFLUÊNCIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Alessandro de Melo
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
alessandrodemelo@unicentro.br

Guilherme Antunes Leite
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
profguilhermeleite@gmail.com

INTRODUÇÃO

O texto sintetiza parte de uma pesquisa concluída sobre a relação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a Reforma do Ensino Médio (REM). A mediação teórica se deu pela ideia de fração burguesa (BOITO JÚNIOR, 2019) e, em geral, pelo materialismo histórico. Com base na análise de documentos da CNI que evidenciam suas ações práticas na REM, concluímos que esse projeto burguês para a educação tem o objetivo de produção em massa de uma juventude flexível e adaptada ao mundo social em crise.

FRAÇÃO BURGUESA E SÍNTESE DO PROJETO EDUCATIVO E SOCIAL

Tomamos por base a categoria de fração burguesa, conforme trabalhado por Boito Júnior (2019, p. 281):

As frações, como já indicamos, estão empenhadas na disputa pelo controle da política econômica, social e externa do Estado, que é uma disputa pela hegemonia, isto é, para ter os seus interesses de fração priorizados pela política de Estado.

Visando atender aos objetivos dessa fração, a CNI se organiza como entidade de pressão sobre o Estado brasileiro, mantendo constante relação com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo. A pressão da CNI é peça fundamental para o andamento da agenda empresarial para a educação.

A Confederação Nacional da Indústria, enquanto grupo socialmente legítimo, **constituído como grupo de pressão, isto é, grupo que tem possibilidade de atuação política**, vem demonstrando além de um poder político, uma força hegemônica própria, expressando em suas formulações referenciais próprios da classe industrial burguesa, ideias que são historicamente acordadas ao grupo. (FARIA, 2012, p. 10, grifo nosso).

Essa fração burguesa aproxima-se da gestão da educação pública, mercantilizando de forma intensa a educação com essa proximidade (FREITAS, 2018; MARTINS; KRAWZYK, 2018). A CNI articula e delinea, historicamente, um projeto pedagógico para a educação do Brasil, com o intuito de atender as demandas do setor produtivo e promover a competitividade e o desenvolvimento econômico, mantendo a funcionalidade social. Desse modo, evidencia-se que a educação no projeto pedagógico da CNI constitui-se um articulado mecanismo que se constrói com o objetivo de formar a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial no que tange à acumulação de capital (RODRIGUES, 1998).

Os pressupostos do projeto da CNI reelaboram a teoria do capital humano (TCH), atualizando-a para dar conta de um ambiente socialmente marcado pela crise estrutural do capital. No âmbito da educação básica pública, que possui seu ordenamento pautado no aparelho de Estado, entendemos que a participação dos empresários se articula entre a relação, acordos e atuação junto aos entes públicos na oferta de gerenciamento da educação pública (MELO, 2010).

CNI E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA CONFEDERAÇÃO NA REM

Em nossa pesquisa, foram encontradas 26 publicações da CNI sobre educação brasileira de todos os níveis e modalidades, no período de 27 anos. Focalizamos, para fins deste recorte da pesquisa aqui apresentado, na análise no “Mapa Estratégico da Indústria (MEI) 2018/2022” (CNI, 2018).

Esse documento destaca que o “crescimento da produtividade depende da qualidade do ensino”, e reconhece que este é um tema antigo, e que é retomado agora para que se tenha: “maior ênfase na articulação do ensino médio com a formação profissional; e com maior destaque para uma agenda de reformas para o ensino superior.” (CNI, 2018, p. 29, grifo nosso).

Para a CNI, a educação é concebida como fator de produção, ajustada ao modelo ideológico da TCH. No MEI 2018/2022, a educação tem seu foco na promoção de mudanças no ensino médio, pelo fato de que essa etapa da educação básica está diretamente relacionada com os estudantes potencialmente entrando no mercado de trabalho.

A visão da CNI (2018, p. 76) para a educação até 2022 é de que:

A qualidade da educação básica se eleva. Há maior oferta de engenheiros e tecnólogos e se amplia a formação profissional concomitante com o ensino médio e com a educação de jovens e adultos [...]. A melhor oferta de capital humano promove a produtividade e inovação.

Dessa forma, com o foco no ensino médio, a REM constitui-se o modo mais fácil de adequar a formação da força de trabalho necessária para o desenvolvimento econômico do país. Conforme o próprio MEI 2018/2022:

Melhorando a qualidade da educação em todos os níveis. Prioridade absoluta deve ser dada à educação para o país se colocar entre as melhores referências mundiais. Uma educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento da indústria e do país. (CNI, 2018, p. 34).

Ainda, para os industriais:

No Brasil, a qualidade insatisfatória da educação básica e a reduzida oferta de formação técnica e profissional são barreiras para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas. (CNI, 2018, p. 75).

A análise da CNI em seu MEI 2018/2022 coloca a função social da educação como mecanismo de performance e desenvolvimento econômico com harmonia social, o que é o fundamento da educação sob a articulação de neoliberalização da educação em sentido estrito.

Assim, a CNI compromete-se em atuar no processo de implementação da REM para os próximos anos, tendo como objetivos a promoção da melhoria do IDEB, ampliação da oferta de ensino médio articulado ao ensino médio integrado e à educação de jovens e adultos, bem como à educação profissional. Isso remete às proposições da lei nº 13.415/2017, que propiciam a legalidade da reforma (CNI, 2018).

E como esses objetivos serão promovidos e mobilizados, de acordo com a CNI? A resposta está no mesmo MEI, ou seja, pela:

- Implementação da BNCC;
- Promoção da formação continuada de professores;
- Implementação de modelos de gestão de escolas;
- Difusão de metodologias com foco em ciência, tecnologia, engenharias, matemática e arte *design*;
- Implementação do novo ensino médio com integração prioritária à educação profissional;
- Realização de parcerias entre as redes de educação profissional e educação básica;

- Ampliação da aprendizagem profissional para alunos do ensino médio regular;
- Proposição de um novo modelo para a EJA;
- Promoção de formação para gestores e professores da EJA. (CNI, 2018, p. 79).

São essas as iniciativas que serão mobilizadas pela CNI no decorrer da vigência do respectivo MEI 2018/2022. Isso implica diretamente na agenda de implementação da REM de 2017, que visa a universalização da Base Nacional Comum Curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, fechamos essa discussão com a compreensão dos fundamentos das reformas educativas neoliberais e a sua relação com os processos de mediação das políticas educacionais pelo Estado brasileiro. Isso tudo visa a constituição de um projeto formativo burguês que corrobora com a formação de capital humano, alinhado às demandas do atual processo de reestruturação do capitalismo, que diante da realidade brasileira, no âmbito da relação capital e trabalho, encontra-se em uma crise não só do modo de produção, mas um colapso e crise do e no mundo do trabalho. Isso evidencia que a educação sob esses fundamentos procura forjar o consenso e preparar para a inconstância e certeza do incerto.

Diante dessa realidade e dinâmica social em que historicamente a CNI atua, a instituição propõe um projeto pedagógico que dê conta de formar força de trabalho e subjetividade adequada à realidade do capitalismo brasileiro. No processo de formulação da REM, a confederação buscou – por meio de suas articulações como órgão representativo legítimo da burguesia organizada nas federações e associações setoriais – atuar como mediadora e até mesmo agente de pressão do Estado brasileiro para que o projeto de educação estrita da burguesia fosse, de fato, reconduzido e aprovado na sua integralidade.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., A. O uso do conceito de fração burguesa na análise da atuação política do empresariado e a burguesia interna no período atual. *In*: CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. (org.). **Dimensões do empresariado brasileiro**: história, organização e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 279-300.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**. Brasília, 2018.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento “Todos pela Educação”.

Revista Portuguesa de Educação, v. 31, p. 4-20. 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MELO, A. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Autores Associados, 1998.